

**A COMPLEMENTARIDADE ENTRE A RACIONALIDADE
SUBSTANTIVA E A AÇÃO COMUNICATIVA NA 1ª IGREJA
EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE JOÃO PESSOA**

**THE COMPLEMENTARITY BETWEEN SUBSTANTIVE
RATIONALITY AND COMMUNICATIVE ACTION IN THE
1ST EVANGELICAL CONGREGATIONAL CHURCH OF
JOÃO PESSOA**

Hellen Taynan CAVALCANTI¹
Carlos Eduardo CAVALCANTE²

Recebido em: 22/05/2019
Aceito em: 09/06/2020

RESUMO

Este trabalho aborda a complementaridade entre a Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa em uma Igreja Congregacional. O objetivo é identificar como a complementaridade é praticada no âmbito administrativo da organização, situando a pesquisa na segunda geração dos trabalhos sobre Racionalidade. Para isso, utilizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo a fim de identificar a aplicação das duas teorias e sua relação nas tensões organizacionais. A partir dos resultados, adaptou-se o quadro de Serva (1997) para indicar a correspondência entre a Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa. Os resultados mostram que os fatores de uma razão substantiva predominam nos aspectos extrínsecos, minimizando os aspectos de tensão, mas no que se refere aos valores emancipatórios, a igreja aproxima-se de uma razão instrumental porque exerce uma forte dominação ideológica que limita o comportamento dos sujeitos que trabalham na organização. Verificou-se ainda que a tensão entre a ação coletiva e a gestão tende a ser minimizada em decorrência do elevado nível de Racionalidade Substantiva no processo decisório que aproxima os sujeitos por afinidade ideológica e enfatiza ações orientadas ao entendimento.

Palavras-Chave: Complementaridade. Racionalidade Substantiva. Ação Comunicativa.

ABSTRACT

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

This research is about the complementarity between Substantive Rationality and Communicative Action in a Congregational Church. The objective is to identify how complementarity is practiced in the administrative scope of the organization, being located in the locus of research of the second generation of the works on Rationality. For this purpose a descriptive qualitative research was used in order to identify the application of the two theories and their relation in the organizational tensions. From the results, Serva's framework (1997) was adapted to indicate the correspondence between Substantive Rationality and Communicative Action. The results show that the factors of a substantive reason predominate in the extrinsic aspects, minimizing the aspects of tension, but as far as the emancipatory values of man are concerned, the church approaches an instrumental reason why it exerts a strong ideological domination that limits the behavior of the subjects working in the organization. It was also verified that the tension between the collective action and the management tends to be minimized due to the high level of Substantive Rationality in the decision process that approximates the subjects by ideological affinity and emphasizes actions oriented to the understanding.

Keywords: Complementarity. Substantive Rationality. Communicative Action.

1 INTRODUÇÃO

A Racionalidade Substantiva foi considerada por Weber (1982) antes dos estudos sociológicos brasileiros desenvolvidos por Guerreiro Ramos (1989). Weber teria assim iniciado os estudos sobre o tema a partir do surgimento da Teoria Burocrática. A questão que o levou a desconsiderar essa razão na prática administrativa possivelmente deu-se pelo contexto da época. Porém, uma vez identificada, deve ser ponderada em outro cenário.

Valorizar a subjetividade converge à correspondência entre o discurso e a ação. Neste sentido, aplica-se a Ação Comunicativa de Habermas (1990) no sentido de prever a necessidade de se estabelecer uma comunicação racional não unilateral. A proximidade entre a Racionalidade Substantiva (RAMOS, 1989) e a Ação Comunicativa torna-se então necessária para preencher a lacuna de abstração que a Racionalidade sozinha apresenta. Nestes termos, Serva (1996) propõe uma complementaridade entre as teorias.

A proposta apresentada neste trabalho foi de desenvolver um estudo de caso em uma organização com indícios de caráter predominantemente substantivo. A pesquisa de campo deu-se, portanto, em uma igreja protestante de governo congregacional. A pesquisa buscou conhecer como a complementaridade está configurada na administração da igreja com a problemática: Como a complementaridade entre a Razão Substantiva e a Ação Comunicativa pode ser identificada na Primeira Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa?

A resposta ao problema exposto pretendeu identificar em quais aspectos há a complementaridade entre Razão Substantiva e Ação Comunicativa na prática administrativa estudada, além de que, com base nos estudos mais recentes, pretendeu-se alinhar a pesquisa às pesquisas de segunda geração na análise da Racionalidade (SERVA; CAITANO; SANTOS; SIQUEIRA, 2015). Às vistas do desafio de analisar a relação entre as racionalidades embasadas na tensão entre a ação coletiva e a vivência do gestor, realizamos também uma pesquisa bibliográfica (BULGACOV; VIZEU, 2010; SOUZA; CARRIERI, 2011; VIZEU, 2011; MUZZIO, 2012; SANTOS, 2012; DIAS; MEDEIROS, 2013).

O resultado das análises do material coletado permitiu a proposição de uma classificação do nível de Racionalidade embasada na Ação Comunicativa. Também identificamos novas categorias de análise capazes de ampliar as já existentes, fomentando a discussão sobre a relação entre as racionalidades instrumental e substantiva.

Os resultados do trabalho foram alcançados por procedimentos qualitativos de caráter descritivo, utilizando técnicas de observação, entrevistas em profundidade e pesquisa documental. Acredita-se que o trabalho traz contribuição para a academia, uma vez que é crescente o número de estudos organizacionais sobre organizações cuja prioridade não é lucro, como as do terceiro setor, por exemplo.

Os estudos da racionalidade substantiva em uma organização como uma igreja de governo congregacional preenchem uma lacuna de estudos em organizações baseadas em valores éticos onde predominam sentimento de relações sociais solidárias e equidade (SILVA; SILVA, 2019). Tal observação responde também ao entendimento de isonomia, à luz de Ramos (1989).

Tensões entre as duas racionalidades também são abordadas nesse estudo, considerando que o campo compreende um processo administrativo que envolve paridade nas tomadas de decisões. Em sentido semelhante, um estudo publicado em 2017 sobre ecovilas destacou a importância da subjetividade social para criar e divulgar novas visões de mundo e estilos de vida, através de comunidades intencionalmente sustentáveis (SIQUEIRA, 2017). Acredita-se que, como no estudo citado, o contexto de uma Igreja Evangélica em um governo congregacional é capaz de redesenhar o modelo organizacional pela intensidade de relações interpessoais de seus membros, atenuando tensões entre as racionalidades.

Uma das lacunas que alguns estudos apontam é ir além de uma polarização de racionalidades, dado que, antes, é pertinente compreender as suas correspondências e imbricações. Dessa forma, estudos sugerem coexistência das duas racionalidades (SIQUEIRA, 2017; MEIRA; PEREIRA, 2018), coexistência esta contemplada neste trabalho.

Um quesito considerável ainda é o debate anual no Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Administração. Em sua sexta edição, um dos trabalhos aponta uma revisão sobre a produção de artigos com a temática da racionalidade. Os resultados, à medida que mostram uma tendência à redução nas publicações sobre o tema, exorta a necessidade de manter ativa a memória das obras de Guerreiro Ramos, com a recomendação de que sejam revisitados os modelos propostos por seu precursor, Maurício Serva (COSTA et al, 2017). Diante disso, acredita-se que o presente trabalho seja um modo de manter o debate atual, discutindo rumos de uma Nova Teoria Organizacional, defendida por Ramos desde a década de 1980, na qual a racionalidade substantiva coexista com predominância sobre a lógica instrumental predominante.

O artigo apresenta em sua estrutura cinco tópicos, sendo o primeiro esta introdução; no segundo tópico, desenvolvemos uma revisão sobre Racionalidade, Ação Comunicativa e Complementaridade; logo após, apresentamos os procedimentos metodológicos de coleta e análise de dados e a caracterização dos sujeitos da pesquisa; no quarto tópico discutimos os resultados nas categorias propostas para análise; e no quinto e último, exibimos as considerações finais incluindo uma breve apresentação sobre a evolução do tema da Racionalidade nas pesquisas, bem como as limitações do artigo e as possibilidades de desenvolvimento de trabalhos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RACIONALIDADE

As considerações de Ramos (1989) enfatizam que a estrutura da razão na filosofia, presente até meados do século XVII, é baseada nas distinções entre o bom e o mau; o falso e o verdadeiro. Esse era o ponto inicial de indagação dos pensadores. O ápice dessa investigação está na própria razão iluminista que se mostra instrumental quando orienta o homem para um fim calculado. Dentre as reflexões sobre as ideias iluministas, Foucault (1984) apontou que o Iluminismo deve ser visto como um processo cultural singular, situando-se na razão utilitária pelo cálculo do futuro e valorização do presente em relação ao passado.

A Racionalidade provém da razão e sua construção mostra que ela não é um fenômeno puro; ela é influenciada por variáveis que encontram conceitos em diversas ciências. Destaca-se que a racionalidade, a partir da proposta de Ramos (1989), parte da análise que Weber trouxe pela burocracia. Assim, à luz da ciência social, Weber relaciona a racionalidade com a ação social.

Dentre os tipos de ação social que Weber identificou, duas são aplicadas à racionalidade. Perseguir um fim requer uma ação orientada para ele e os meios devem ser os melhores. Esta seria então a Racionalidade Funcional. A outra ação social é o modelo racional referente a valores. De acordo com Ramos (1983), a ação orientada a valores é indiferente aos resultados e sua racionalidade é orientada por um critério transcendente. Esta ação está ligada à Racionalidade substantiva.

É com a análise da ação social que Weber diferencia a Racionalidade Funcional (*Zweckrationalität*) da Racionalidade substantiva (*Wertrationalität*). Porém, decorrente do contexto da Burocracia, que apresentava uma sociedade capitalista, centrada no mercado e determinada por uma expectativa de resultados, ou “fins calculados”, a única racionalidade presente para Weber é a Racionalidade Funcional.

Ramos (1983) mostrou que a Racionalidade Funcional (Instrumental) reduz o homem a um ser econômico, apartando-o das relações intrínsecas à sua existência. Já a Racionalidade Substantiva remeteria ao julgamento de valores da própria vida. Ramos (1983) diz que a Racionalidade Substantiva baseia o ato inteligente em um conhecimento de relações entre fatos de modo autônomo e consciente.

A subjetividade presente na Racionalidade Substantiva não encontra espaço nas Teorias Organizacionais desenvolvidas até então, pois elas abordam uma visão utilitarista dentro das organizações (RAMOS, 1983). De tal modo, o ambiente das organizações com fins lucrativos é, por assim dizer, essencialmente dotado de uma administração baseada em uma racionalidade instrumental.

Desse modo, Serafim (2001) afirma que a categoria fundamental dos sistemas gerenciais é o controle que também é elemento fundamental da Racionalidade Funcional. Já o ser humano, visto como substantivo, precisa exercer a razão lúcida, característica da Racionalidade Substantiva. Enquanto essa racionalidade encontra raiz na subjetividade, a racionalidade funcional, presente no ambiente organizacional, carrega a dimensão racional objetiva.

A Racionalidade Instrumental nas organizações resulta em um comportamento humano sem limites éticos, baseado na visão mercadológica na qual o predomínio é a busca pelo sucesso individual. O homem é visto como mera “criatura que se comporta” (RAMOS, 1989, p. 51), ou seja, não há ideais de liberdade, mas moldes sociais pré-estabelecidos limitantes da ação humana.

Os ideais de uma Racionalidade Substantiva propostos por Ramos (1989) poderiam libertar o homem da dominação imposta pelas organizações onde o fim justifica-se pelo valor econômico. Desse modo, a fim de dar continuidade à teoria de Ramos, favorecendo a prática, Serva (1997) organizou um quadro com as diferenças percebidas entre as duas racionalidades:

Quadro 1 - Características da Racionalidade Substantiva e da Racionalidade Instrumental

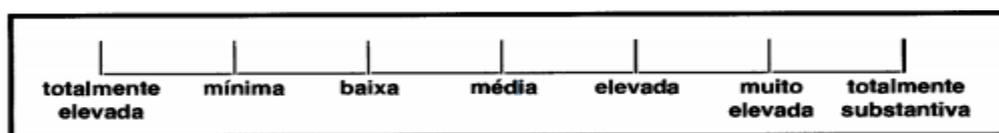
Processos organizacionais	Racionalidade Substantiva	Racionalidade instrumental
Hierarquia e normas	Entendimento Julgamento ético	Fins Desempenho Estratégia interpessoal
Valores e objetivos	Autorrealização Valores emancipatórios Julgamento ético	Utilidade Fins Rentabilidade
Tomada de decisão	Entendimento Julgamento ético	Cálculo Utilidade Maximização de recursos
Controle	Entendimento	Maximização de recursos Desempenho Estratégia interpessoal
Divisão do trabalho	Autorrealização Entendimento Autonomia	Maximização de recursos Desempenho Cálculo
Comunicação e relações interpessoais	Autenticidade Valores emancipatórios Autonomia	Desempenho Êxito/Resultados Estratégia interpessoal
Ação social e relações ambientais	Valores emancipatórios	Fins Êxito/Resultado
Reflexão sobre a organização	Julgamento ético Valores emancipatórios	Desempenho Fins Rentabilidade
Conflitos	Julgamento ético Autenticidade Autonomia	Cálculos Fins Estratégia interpessoal
Satisfação individual	Autorrealização Autonomia	Fins Êxito Desempenho
Dimensão simbólica	Autorrealização Valores emancipatórios	Utilidade Êxito/Resultados

		Desempenho
--	--	------------

FONTE: Serva (1997, p. 24).

Os estudos de Serva (1996) enfatizam que não existe uma organização que em sua totalidade assuma um caráter puramente funcional ou puramente subjetivo. Contudo, pode haver predominância de um ou outro valor em cada processo organizacional ao mapear os indicadores do quadro. A fim de situar o grau de racionalidade em uma administração, Serva desenvolveu um *continuum* da intensidade da racionalidade substantiva:

Figura 1 - Continuum da intensidade da Racionalidade Substantiva



FONTE: SERVA (1997, p. 25).

Organizações cujo fim não seja essencialmente o valor econômico estariam mais próximas a uma Racionalidade Substantiva. Em ambientes onde o fim não é valorado economicamente a Racionalidade Substantiva seria então mais perceptível, pois os valores éticos encontram-se acima da moeda.

A visão presente na Racionalidade Instrumental orienta a administração a um sentido unilateral. Porém, é possível equilibrar as racionalidades à medida que o indivíduo guia seus esforços por atos de entendimento. Esta ação orientada ao entendimento é tratada na Ação Comunicativa.

2.2 AÇÃO COMUNICATIVA

A ação comunicativa foi proposta por Habermas (1990) sob a consideração da necessidade de diferenciar o agir do falar. Dessa forma, a partir de uma combinação entre a ação e a comunicação pode-se promover a real interação que é mediada pela linguagem do mundo e da vida.

A linguagem promove a ação completa através da fala. Para Habermas (1990), a ação no sentido estrito da palavra volta-se à Racionalidade Instrumental, uma vez que orienta o ser humano para um fim. Uma atividade linguística proporciona “atos através dos quais um falante gostaria de chegar a um entendimento com um outro falante sobre algo no mundo” (HABERMAS, 1990 p. 65).

Destarte, ambos os processos linguísticos e não linguísticos conduzem a ação para um fim. O que Habermas diferencia é que as ações pela fala conduzem a uma ação de entendimento, justificando o posicionamento contrário à determinação unilateral do processo racionalista instrumental. Desse modo, a proposta de distinguir ação de entendimento e ação orientada para um fim requer considerar que as teorias da linguagem e da ação não atribuem sentido igual ao que se diz do jogo teleológico da linguagem. Neste jogo, os atores buscam objetivos almejando

sucesso e produzindo resultados da ação, uma vez que conceitos básicos são interpretados de diferentes modos.

Habermas ratifica a necessidade de um acordo onde a base racional não seja imposta em sentido unilateral, como apresentada nas relações de poder à luz da razão funcional. Para Habermas (1988), a imposição racional sem interação é mera informação. As bases que justificam a ideia de Habermas estão centradas em sua ideia sobre a associação das ações instrumentais às interações sociais. Nestes termos, Habermas (1987) defende que ações instrumentais e sociais podem estar associadas, uma vez que as ações estratégicas por elas mesmas representam ações sociais.

Habermas fala então em ações comunicativas capazes de promover mudanças à medida que as ações dos atores não se coordenam egocentricamente, mas por atos de entendimento. Na ação comunicativa os participantes não estão priorizando o próprio êxito e suas finalidades individuais; eles estão sob a condicional de que seus planos se harmonizem. Assim, a negociação das definições da situação torna-se um componente essencial da atividade interpretativa requerida pela ação.

O problema da comunicação identificado por Habermas, à luz da ciência social, parte da análise de racionalidade de Weber, a qual não se aplica mais ao contexto atual. A Racionalidade trazida por Weber está ligada ao Sistema. Desse modo, Habermas (1987) identifica a necessidade de diferenciar o que seria a razão do sistema da razão da ação humana em si.

A razão do sistema é o que Weber considerou como consciência, enquanto a razão humana demanda algo mais substancial, que agora é apresentado por Habermas como comunicação. Guazzelli (2002) destaca que o agir estratégico enfatizado por Weber é a mola propulsora do sistema social, o capitalismo. A ideia da Racionalidade Instrumental guiando a ação pelo objeto dela com um fim determinado domina a ação do homem. Em busca deste fim, só há espaço para interesses individuais. É desta forma que Guazzelli defende a utilização da razão pelo sistema como responsável pelas injustiças sociais. Habermas define como colonização do mundo da vida. Assim, há uma invasão da lógica racionalista com objetivo de submeter todos os aspectos da vida pessoal e social ao princípio do que é eficaz, contudo, sem ocupar-se com os fins.

Identificada a limitação de entendimento através de uma racionalidade utilitarista, Habermas (1990) propõe que a ação deve ser empregada no sentido ético onde o fim é o interesse coletivo. Esta é a ideia de mudança de paradigma da ação mediada pela consciência, para a ação completa. Pinto (1995) diz que a razão conduzida através de uma estrutura de linguagem distingue-se por completo da Razão Instrumental, pois esta não utiliza o saber comunicativo, sendo direcionada a fins calculados.

Sobre a razão guiada por processo linguístico, Pinto (1995) enfatiza que a racionalidade presente numa expressão comunicativa, através da fala, é caracterizada pelo fato que sua pretensão, ao se tornar válida, é passível de críticas em processos subjetivos. É o questionamento e a possibilidade de inquietude em não aceitar o que está determinado fora das expressões linguísticas.

Habermas (1988) acrescenta que o processo da Ação Comunicativa inclui necessariamente ações coordenadas, a fim de alcançar o entendimento longe do utilitarismo presente no indivíduo enquanto ser calculista, o que o torna egoísta em suas ações. Nesta ação, a orientação primeira é a definição comum da situação através da negociação entre as partes. Havendo a negociação, torna-se possível coordenar as ações através do entendimento.

A falta de entendimento no processo de comunicação é apresentada por Habermas (1990), sendo decorrente do distanciamento de poder onde, através de processos de dominação, o homem é conduzido a um estado distorcido da comunicação.

A distorção na comunicação se deve ao fato de que o significado da mensagem vai produzir um comportamento embasado não apenas na atividade linguística, mas no entendimento subjetivo dos símbolos que acompanham o processo da fala, gerando o que Habermas chamou de pré-interpretação dos fatos.

Desse modo, a ação comunicativa deve, portanto, estar presente de forma completa em todos os processos organizacionais que envolvam aspectos de subjetividade. Em organizações onde prevalece a Racionalidade Substantiva, a Ação Comunicativa aparece fortemente enraizada de modo que, ao vislumbrar as discussões sobre Racionalidade propostas por Ramos, é coerente vinculá-las à Ação Comunicativa de Habermas.

2.3 COMPLEMENTARIDADE

A complementaridade entre a teoria da Ação Comunicativa de Habermas e a Racionalidade Substantiva tratada por Ramos foi sugerida por Serva em 1996, com o objetivo de diminuir a lacuna de abstração teórica da Racionalidade Substantiva, já apontada por Guerreiro Ramos na década de 80. Desse modo, a Teoria da Ação Comunicativa seria a complementaridade necessária para estudar a Racionalidade de forma prática (SERVA, 2014). Serva (1997) justifica a complementaridade entre as duas teorias teoricamente, enfatizando que:

As abordagens de Guerreiro Ramos e de Habermas, além de terem como ponto de partida emancipar o ser humano dos constrangimentos à auto-realização impostos pela sociedade contemporânea, constituem um caso flagrante de complementaridade, especialmente para os que se arriscam a estudar a razão substantiva nas organizações (SERVA, 1997, p. 113).

A abordagem epistemológica de Serva (1997), ao analisar as concepções de Ramos sobre a Racionalidade, diz que nós vivemos em uma sociedade de organizações. Ele critica os ideais presentes nas Escolas da Administração que padronizaram a ação do homem e afirma que essa mesma padronização é exigida hoje em prol de uma racionalidade que limita o homem a um significado econômico.

A interpretação que relaciona o significado econômico do homem na racionalidade instrumental encontra apoio na Ação Comunicativa de Habermas, ao enfatizar que a comunicação não se limita a atos de palavras. O discurso é mero exercício, mas o que se enfatiza nesta ação é a interação.

A comunicação sem interação é mera informação. Serva (1997) enfatiza que o predomínio de uma Racionalidade Funcional leva à valorização da informação em detrimento da comunicação. A comunicação, por sua vez, difere da informação no sentido em que esta é unilateral, enquanto a primeira considera a resposta do receptor.

A relação entre a racionalidade com a comunicação, segundo Vizeu (2011), é que a boa manutenção da vida organizacional depende da consideração dos aspectos ético-morais dos sujeitos. Dessa forma, valorizar aspectos subjetivos à luz de uma racionalidade instrumental e de um processo informacional aproxima a Administração de sua excelência técnica, mas a distancia do conceito, enquanto Ciência Social Aplicada.

Destarte, Andrade et al. (2012) acentuam que a ação pode se apoiar em dois eixos, onde um está orientado para a ação instrumental ou estratégica; e o outro, para o entendimento presente na ação comunicativa.

O desenvolvimento da complementaridade a partir de Serva (1997) apresenta um quadro que detalha as perspectivas desta relação à medida que destaca os pontos conexos entre as teorias de Ramos e Habermas.

Quadro 2: Complementaridade entre teoria da razão substantiva e teoria da ação comunicativa

Racionalidade Substantiva	Ação Comunicativa
Atribuída à psique do sujeito	Autonomia e capacidade do sujeito
Senso Comum	Mundo da vida cotidiana
Derivação de conceitos relacionados a realidade	Teoria de Ação
Debate racional	Ação comunicativa baseada em pretensões de validade sujeitas à crítica
Superordenação ética	Pretensões de validade sujeitas à crítica valorativa
Boa regulação da Vida Humana Associada	Ação orientada ao entendimento
Rejeição à teoria do conhecimento	Rejeição à teoria do conhecimento
Autointerpretação da comunidade	Teoria de ação de cunho linguístico, comunicativo
Valores na interpretação dos fatos	Contexto normativo do mundo da vida na base da interpretação dos fatos
Subjetividade e intersubjetividade	Subjetividade e intersubjetividade

FONTE: Adaptado de Serva (1997).

A aplicação de uma racionalidade substantiva demanda uma Ação Comunicativa. Assim, além de relacionar o entendimento com base na valorização da busca pelo consenso e consideração dos valores éticos e morais, deve-se promover a complementaridade entre as duas teorias, cuidando em buscar sua viabilidade na prática administrativa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Os procedimentos técnicos para coleta e análise de material envolveram entrevistas em profundidade, observação participante e análise da fala dos entrevistados. Participaram da pesquisa os funcionários da igreja e os diretores de todos os departamentos administrativos.

A pesquisa se coaduna como descritiva, pois, através do registro de observações sistemáticas e coleta de dados, é demonstrado o fato. Conforme Prodanov e Freitas (2013), na pesquisa descritiva os fatos devem ser registrados e estudados à guisa da classificação, explicação e interpretação dos fenômenos.

O trabalho foi desenvolvido na Primeira Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa, a fim de analisar a aplicabilidade da Complementaridade. Para tal, avaliamos o nível de racionalidade substantiva, que foi exposto no *continuum* de racionalidade. Para a complementaridade, a Ação Comunicativa deve ser considerada e foi a partir da separação do quadro de Complementaridade de Serva, que podemos visualizar como ela ocorre na organização. A partir daí, os itens foram exibidos em um quadro para relacionar a correspondência entre as duas teorias.

A pesquisa qualitativa é direcionada ao longo do seu desenvolvimento (NEVES, 1996). Desse modo, a coleta de dados ocorreu no período de seis meses, no qual buscamos realizar a triangulação a partir de análises das falas de líderes e liderados e análise documental. A pesquisa de campo deu-se por visitas sistemáticas à igreja para realização de entrevistas em profundidade com representantes de todos os departamentos. Cada entrevista teve, em média, 40 minutos e a observação participante se deu ao longo de todo o período, o que implicou mais de um contato com cada respondente. As entrevistas foram transcritas e validadas pelos próprios respondentes.

3.1 APRESENTAÇÃO DO LÓCUS

O *locus* do trabalho foi a Primeira Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa. A seleção justificou-se, primeiramente, pelo cuidado em selecionar uma organização que apresentasse uma forma de administração não baseada em lucratividade econômica. Depois buscamos uma organização que tivesse uma política participativa dos envolvidos. Ademais, consideramos que as formas organizacionais independentes e autônomas apresentam um terreno fértil para estudos sobre a racionalidade (SERVA; CAITANO; SANTOS; SIQUEIRA, 2015).

O governo Congregacional defende a independência e autonomia de cada igreja local a fim de emancipação. Esse sistema de governo possui uma visão separatista de pacto independente da Igreja Oficial. Cairns (2008) destaca que o primeiro grupo de separatistas a fundar uma igreja fundamentada neste pacto voluntário foi organizado em 1567.

O primeiro teórico do Congregacionalismo foi Robert Browne. Suas publicações eram enfáticas na defesa de uma união ao cristianismo por valores emancipatórios, sem que tal independência não implique isolamento. As igrejas reconheceram o vínculo de uma fé comum e de uma ordem e formaram Associações locais que, embora sem autoridade legislativa, agem prestando apoio mútuo e estreitando relações.

A escolha do *locus* deste trabalho também apresenta justificativas históricas pelo modo de inserção e posicionamento no contexto brasileiro. A Igreja Evangélica Congregacional data de 1858, sendo a primeira igreja evangélica do Brasil responsável pela consolidação do protestantismo no país. Rocha (2013) destaca o legado do Congregacionalismo que, em 1860, elaborou uma declaração para regulamentar os casamentos das pessoas que não eram Católicas Romanas, e esta declaração foi usada até a aprovação da Lei nº 1144, de 11 de setembro de 1861, na qual o governo imperial autorizou o reconhecimento dos casamentos de pessoas.

Ainda, segundo Rocha, as contribuições englobam a promulgação da lei nº 1829 de 09 de setembro, de 1870, e o regulamento nº 5604, de 25 de abril de 1874, os quais foram estabelecidos os registros de nascimento, casamento e óbito, de pessoas de qualquer religião, em todo Brasil. Com a lei nº 1879 regulamentada em 1874 ficaram garantidos os direitos dos

sepultamentos em cemitérios públicos dos que não fossem Católicos Romanos, o que antes era vetado.

Seguindo a tradição do Congregacionalismo com seu pioneirismo e seu legado ao Brasil, a igreja selecionada para pesquisa foi organizada em 1932. Ela é uma entidade civil, jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida por Estatuto e Regimento Interno, cujos objetivos secundários são: exercer a filantropia e praticar a ação social beneficente, cultural e educacional entre os membros e a comunidade em geral.

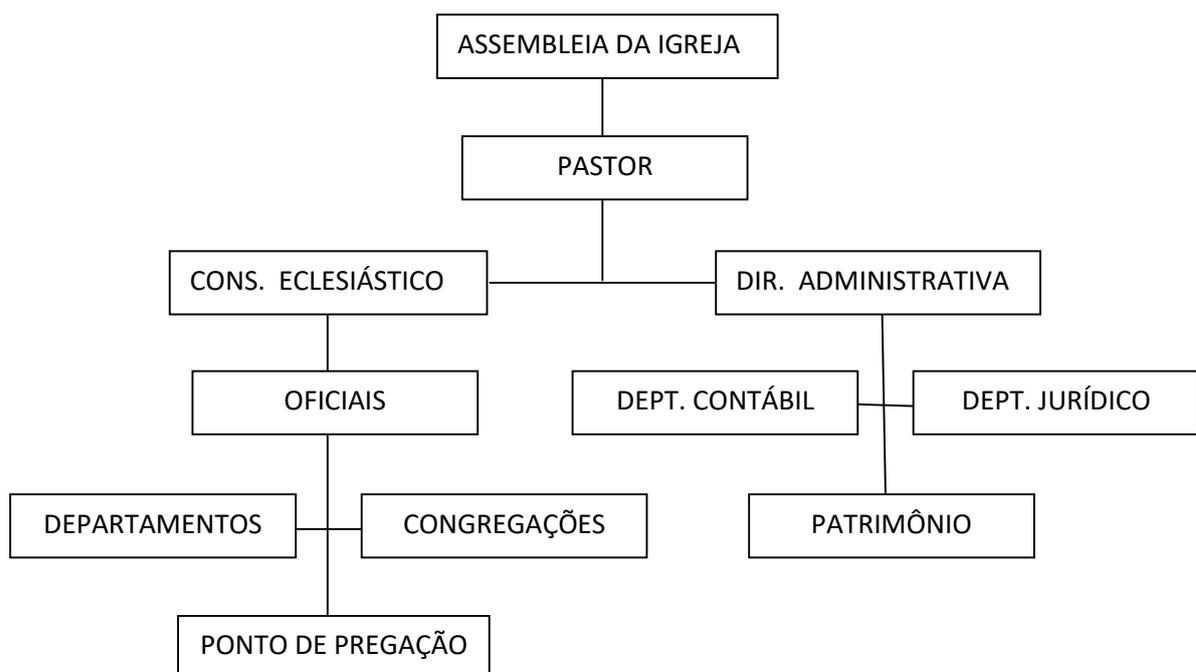
Os recursos da Igreja vêm de contribuições voluntárias de dízimos, ofertas, doações e legados oriundos de pessoas físicas e jurídicas. A igreja funciona com um órgão deliberativo, que é constituído por todos os membros que se reúnem em Assembleias; dois órgãos eclesiásticos; e um órgão administrativo composto pela Diretoria Administrativa.

A Diretoria Administrativa é composta por um diretor, um vice-diretor, 1º e 2º secretários e um tesoureiro, é o órgão de representação e direção executiva, eleita pelos membros para exercer a administração das áreas temporais da Igreja. O mandato da Diretoria Administrativa é de 2 anos e os membros prestam seus serviços voluntariamente.

A igreja possui 800 membros, e até setembro de 2015 a igreja possuía 14 congregações, sendo 11 em território brasileiro e 3 em território boliviano, em Cochabamba.

O organograma da Igreja pode assim ser representado:

Figura 2 - Organograma da Primeira Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa



FONTE: elaborados pelos autores (2014).

3.2 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A 1ª Igreja Evangélica Congregacional possui quatro funcionários registrados, dentre os quais três foram ouvidos e consultados, pelo menos, em dois encontros. O funcionário não entrevistado é morador da Granja da Igreja e não foi ouvido por limitação geográfica, uma vez que a Granja se localiza em outro município. Da diretoria administrativa foram ouvidos o Pastor presidente, os dois pastores auxiliares, o diretor administrativo e o tesoureiro. Os colaboradores possuem vínculo pessoal com a igreja e compartilham dos mesmos valores e crenças. Percebeu-se em todas as falas que nenhum dos entrevistados conseguiu desvincular o aspecto religioso do profissional.

Nos últimos 51 anos, houve apenas uma transição de líder, uma vez que o líder em exercício já estava com idade avançada. O líder atual assumiu a presidência em 2006. É prática da organização estudada capacitar pessoas internamente para ocupar as posições de liderança.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De modo geral, encontramos nas falas dos colaboradores muita satisfação em contribuir com o labor na igreja. Eles não veem a igreja como uma empresa formal e de regras rígidas, mas como uma extensão da própria casa deles. O sentimento de pertencer ao quadro de colaboradores é de gratidão e privilégio. Isso pode ser justificado pelo fato de que apenas os membros ativos da igreja compõem o corpo de funcionários. Desse modo, algo que devemos destacar é que os critérios para investidura no cargo, em si, já denotam uma alta subjetividade.

A satisfação demonstrada em participar diretamente das atividades da Igreja pode ser percebida, primeiramente, no depoimento do próprio pastor presidente quando diz: “eu me sinto muito bem por esse privilégio, porque eu não sou merecedor de nada, mesmo assim as pessoas me confiam essa responsabilidade”.

O nível elevado de satisfação infere que a dimensão simbólica da igreja é um item onde a racionalidade substantiva atinge um nível muito elevado, mas não chega a ser o máximo, pois o que justifica a identificação deles com a atividade não é a igreja em si, mas a existência de uma entidade divina:

Não faço nada por mim mesmo nem ‘pra’ ninguém. Meu trabalho é ‘pra’ obra de Deus.

Hoje eu me sinto em casa, a Primeira Igreja é como uma família, mas se ela deixasse de existir, eu procuraria outra de mesma denominação. (zelador)

Indagações acerca de troca de emprego em caso de uma proposta de maior benefício econômico, as respostas corroboraram este depoimento:

O motivo que ‘me faz’ trabalhar aqui é maior que o dinheiro (...) não sairia daqui pra nenhum outro ‘canto’. Aqui foi o lugar que o Senhor me colocou. Colocou eu e minha família. Não tem dinheiro no mundo que pague a felicidade de trabalhar aqui. (secretária).

Quanto à organização do trabalho, os funcionários registrados têm seu horário, mas não há rigidez no cumprimento. Eles acreditam em aspectos de tolerância, compreensão e flexibilidade. Eles sentem que serão compreendidos e que suas faltas serão toleradas, uma vez que a relação se baseia em confiança e lealdade.

Um dos sujeitos, parte da diretoria administrativa da igreja, atua também como administrador de uma empresa de atividade comercial. Para ele,

[...] é muito mais difícil administrar aqui do que minha empresa porque lá eu dirijo 13 pessoas, aqui são mais de 800. Pode procurar que aqui você não vai ver quadro de horário, não tem, nunca botei. Também não tem um cronograma de atividades. O livro de ponto, fica guardado e quando assinam é com o mesmo lápis e os horários não variam, é aquele horário britânico. Isso não existe numa empresa, porque tem dias que se chega 5 minutos mais cedo, 10 minutos mais tarde. O que eu exijo numa empresa, não exijo aqui. Se um funcionário faltou porque adoeceu, não tem cabimento eu cobrar dele um atestado. (diretor administrativo).

O colaborador é encorajado a desenvolver autonomia nas ações e, sobre a divisão de trabalho, a igreja também apresenta predominância da racionalidade substantiva. Um funcionário disse: “aqui a gente desenvolve um clima de amizade, de família mesmo e todo mundo se ajuda”. Outro declarou:

Sempre ‘vai ter’ algumas pessoas com outro interesse, buscando satisfazer a si própria, querendo derrubar o outro para ser mais importante (não me peça pra dizer o nome), mas essas pessoas logo são percebidas. A visão da maioria é realmente servir primeiramente a Deus e depois aos outros irmãos. (tesoureiro).

A valorização da autonomia conduziu a indagação sobre possíveis problemas trabalhistas, por desvio de função previsto no artigo 460 da CLT. Quanto a isso, tem-se registro de 1 processo judicial trabalhista que obteve parecer favorável à organização.

Todos os entrevistados que mencionaram o referido processo enfatizaram que “ele não era da igreja”. O responsável pelo setor jurídico chegou a dizer que “ele não era crente” e que a responsabilidade para ele estava ligada à fé, “se a pessoa não tem fé, não pode assumir nenhuma função dentro da igreja”. Os colaboradores esperam que uma pessoa da igreja atue diferente de outra pessoa que não possui vínculo com a igreja.

Aqui, destacamos que os critérios técnicos não são determinantes para ocupação de cargos. O *bom testemunho com a Palavra de Deus* faz com que valha a pena confiar atividades ao indivíduo. As experiências malsucedidas com pessoas externas ao corpo de membros os fazem evitar confiar cargos a terceiros. Desse modo, infere-se que há uma preocupação em manter coerência entre os discursos propagados, uma vez que a incoerência gera, para o consultor jurídico, *desestabilidade entre os irmãos*.

A comunicação exerce grande importância na igreja e a liderança demonstra a preocupação em manter todos informados das decisões. A liderança entende que é muito difícil administrar conflitos em decorrência de problemas de comunicação.

Em relação aos conflitos, apresenta-se a declaração do presidente que disse “o conflito é o nosso material de trabalho”. Isso significa que, em um espaço onde se lida com aspectos subjetivos do homem, não há como desvincular o conflito da atividade.

As observações e as entrevistas realizadas foram satisfatórias para os objetivos propostos neste trabalho e os fatores serão detalhados a seguir, a fim de conduzir a elaboração do quadro de racionalidade, o *continuum* e a complementaridade entre a Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa.

4.1 DISCUSSÃO SOBRE RACIONALIDADE

A predominância da Racionalidade na Primeira Igreja Evangélica Congregacional será exibida em um quadro de Serva, adaptado, e, logo após, uma breve discussão com justificativa para a análise. A apresentação do *continuum* demonstrará o nível da Racionalidade Substantiva na organização.

Quadro 3: Presença da Racionalidade Substantiva e da Racionalidade Instrumental nivelada na Primeira Igreja Evangélica Congregacional

Processos organizacionais	Racionalidade Substantiva	Racionalidade Instrumental
Hierarquia e normas	MUITO ELEVADA	MÉDIA
Valores e objetivos	MÉDIA	MUITO ELEVADA
Tomada de decisão	MUITO ELEVADA	BAIXA
Controle	ELEVADA	MÉDIA
Divisão do trabalho	MUITO ELEVADA	BAIXA
Comunicação e relações interpessoais	MÉDIA	ELEVADA
Ação social e relações ambientais	ELEVADA	MÉDIA
Reflexão sobre a organização	ELEVADA	MÉDIA
Conflitos	MUITO ELEVADA	MÉDIA
Satisfação individual	MUITO ELEVADA	MÍNIMA
Dimensão simbólica	ELEVADA	MÉDIA

FONTE: Adaptado de Serva (1997).

Nas hierarquias e normas há predomínio da Racionalidade Substantiva, uma vez que os cargos são ocupados através de votação em Assembleia e a decisão tomada com base em aspectos subjetivos de entendimento ético. A Racionalidade Instrumental é percebida em nível médio, já que a diretoria é composta por pessoas que, além dos valores éticos, possuem qualificações profissionais e experiência.

É válido neste ponto citar alguns trabalhos na área que identificaram uma aproximação à Racionalidade Substantiva com o passar do tempo. O trabalho de Lima, Amorim e Fischer (2015) desenvolveu uma pesquisa de campo sobre Gestão de Clima Organizacional em uma organização racionalmente instrumental e em estudo longitudinal. Observou-se uma aproximação cada vez maior da Racionalidade Substantiva.

Tal observação converge com a que aqui está exposta. Os entrevistados demonstraram uma percepção na mudança ao longo dos anos. Práticas litúrgicas e administrativas que outrora eram impensadas, agora fazem parte da Administração da igreja. Pode-se atribuir este fato à própria evolução dos sistemas globais. Evoluções tecnológicas, científicas, políticas e governamentais que impactam na cultura reproduzida dos participantes da organização.

Quanto aos valores e objetivos, têm-se uma predominância da Racionalidade Instrumental. E no que se refere ao julgamento ético, há uma inclinação maior à ética do valor absoluto ou da convicção, motivada pela visão do homem religioso acima do homem econômico. Mas essa

ética do homem religioso afasta-o do valor emancipatório, uma vez que há o predomínio da dominação ideológica. A ética da responsabilidade também é instrumental, uma vez que os funcionários registrados são remunerados e precisam do valor monetário percebido para sua sobrevivência.

No processo de tomada de decisão verificou-se que as decisões são tomadas a partir da realização de assembleias. Neste sentido, percebe-se um alto nível de Racionalidade Substantiva. As decisões que exigem uma ação imediata são decididas entre a diretoria e posteriormente comunicadas. Decisões de compra de material essencial à rotina de trabalho são tomadas sem consulta à Assembleia e atendem a necessidade. Em consonância com os avanços das pesquisas sobre Racionalidade, Silva e Fernandes (2011) acrescentam outras categorias ao processo decisório que denotam a tensão entre a ação coletiva e os gestores. Neste aspecto, percebe-se uma predominância elevada da Racionalidade Substantiva através de ações de entendimento, o que aproxima a igreja da isonomia apontada por Ramos (1989). As ações de entendimento são favorecidas pelas afinidades ideológicas dos envolvidos na organização e colaboram para minimizar tensões no âmbito administrativo.

Predomina também a Racionalidade Substantiva no controle, uma vez que os resultados são mensurados pela valorização do aspecto de entendimento. Identifica-se um nível médio de Racionalidade Instrumental. Neste sentido, as afinidades ideológicas que geram entendimento ocasionam ambiguidade, pois são interpretadas como ações de dominação que têm como externalidade o controle. Contudo, não se pode afirmar que o que se coaduna como dominação ideológica faça parte de um processo de alienação, uma vez que há a consciência dos códigos reguladores e aceitação prévia destes.

Em relação à divisão do trabalho, observou-se que a autonomia é fortemente incentivada e as pessoas são encorajadas a exercer outra função e desenvolver outras habilidades. Desse modo, destaca-se a Racionalidade Substantiva.

Na comunicação e nas relações interpessoais prevalece a Racionalidade Instrumental, de modo que, no sentido de emancipação, prevalece a razão do sistema e não a humana. O resultado esperado é que o grupo entenda o que foi comunicado e expresse esse entendimento a partir do que é determinado.

Em ação social e relações ambientais verifica-se que a ação que orienta a administração da igreja é ditada pelos méritos valorativos que a inspiram. Consideram prioritariamente o valor religioso, mas o valor religioso ditado pela organização não favorece os interesses emancipatórios, pois exercem dominação. Há inclinação discreta à Racionalidade Substantiva.

Quando se trata da reflexão sobre a organização observa-se que as reflexões sobre as ações e decisões administrativas e eclesiais, bem como problemas individuais ou de grupo (envolvendo punição e advertência a maus comportamentos) ocorrem na Assembleia Geral. A assembleia é soberana e tem poder decisivo em todas as áreas. Mas jamais decidirá algo contrário à ideologia da igreja. Ainda assim, julga-se discreta Predominância da Racionalidade Substantiva pelo entendimento consensual e interativo.

Sobre conflitos é importante ratificar que, antes do colaborador assumir a função, ele tem sua vida pregressa na igreja analisada. Desse modo, é compreensível que os conflitos entre os colaboradores sejam mínimos. Os fatores subjetivos de conhecimento do caráter e valorização de comportamentos semelhantes simplificam o processo administrativo. Do mesmo modo, a

igreja lida diariamente com conflitos, mas sempre num nível diferente da administração. Os membros e congregados apresentam conflitos; a alta administração os resolve.

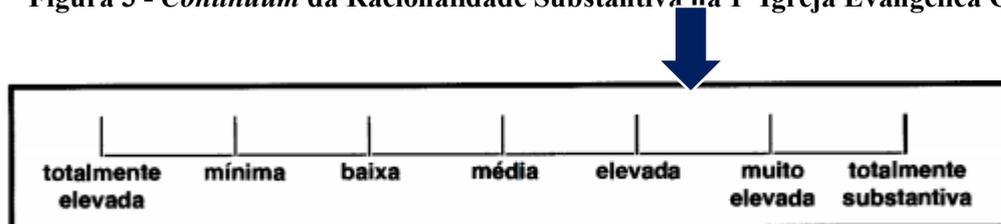
Na satisfação individual predomina a Racionalidade Substantiva no nível mais elevado. Pessoas que já fizeram parte da organização com ideais voltados a fins utilitários não ficaram por muito tempo.

No quesito dimensão simbólica, percebe-se que todos veem a igreja como um ambiente agradável, de realização pessoal e espiritual, e as pessoas se sentem bem em participar. Denota um elevado nível de Racionalidade Substantiva, uma vez que, mesmo existindo códigos que limitam o comportamento, essas regras são comunicadas e aceitas por quem faz parte do grupo. A dimensão simbólica não é o fator determinante, uma vez que eles não conseguem desvincular a organização administrativa da vida religiosa e declararam que mais importante é a consciência de que o serviço deles é para Deus e não para a igreja.

Na construção do *continuum*, observou-se que, dentre os onze itens analisados, há predominância da Racionalidade Substantiva em nove. De forma geral, esse resultado mostra que a Razão Substantiva é mais predominante que a Razão Instrumental. No entanto, o ponto que afasta a organização do valor substantivo é justamente aquele que principia a teoria da Racionalidade Substantiva, a saber, o valor emancipatório. Esse resultado conduz a um distanciamento no *continuum*, embora não invalide o caráter substantivo de uma organização como a Igreja Congregacional, que tem seu governo pautado na autonomia e seus valores e objetivos distantes dos aspectos econômicos, que estão como princípio básico da Racionalidade Instrumental.

A dominação ideológica em si não foi o suficiente para mover o indicador em favor de uma elevação da Racionalidade Instrumental, uma vez que a ideologia é um processo consciente, voluntário e tolerado por aqueles que aceitam participar da organização. Essa interpretação é fortalecida por outros trabalhos sobre Racionalidade que apontam a imbricação das duas racionalidades nos processos administrativos (BULGACOV; VIZEU, 2010; CAITANO, 2010; SILVA, 2011; SOUZA e CARRIERI, 2011; VIZEU, 2011; MUZZIO, 2012; SANTOS, 2012; DIAS; MEDEIROS, 2013). Desse modo, apresenta-se a Primeira Igreja Evangélica Congregacional de João Pessoa no *continuum* em um nível predominantemente substantivo e discretamente afastado do que seria considerado elevado.

Figura 3 - Continuum da Racionalidade Substantiva na 1ª Igreja Evangélica Congregacional



FONTE:

Adaptado de Serva (1997).

4.2 DISCUSSÃO SOBRE AÇÃO COMUNICATIVA

Uma vez classificado o nível de Racionalidade na Primeira Igreja Evangélica Congregacional, entre médio e elevado, buscou-se verificar como se apresenta a Ação Comunicativa no processo administrativo. Para tal, esboçou-se em um quadro a relação entre os aspectos da Ação Comunicativa e como se configura na organização:

Quadro 4 - Ação Comunicativa na 1ª Igreja Evangélica Congregacional

Ação Comunicativa	Aplicação prática
Autonomia e capacidade do sujeito	Dominação ideológica
Mundo da vida cotidiana	A ideologia baliza a narrativa de suas ações individuais e em grupo
Teoria de Ação	Justificada por valores religiosos e éticos o que amplia a ação do indivíduo para o grupo
Ação comunicativa baseada em pretensões de validade sujeitas à crítica	Ação comunicativa baseada em validade sujeitas a interpretações divergentes
Pretensões de validade sujeitas à crítica valorativa	Validade sujeitas aos valores da Organização
Ação orientada ao entendimento	Busca-se o entendimento no esforço em associar a palavra ao comportamento
Rejeição à teoria do conhecimento	Os colaboradores acreditam que suas atividades contribuem para desenvolver a identidade da Organização
Teoria de ação de cunho linguístico, comunicativo	Autointerpretação a partir da associação entre a fala à ação
Contexto normativo do mundo da vida na base da interpretação dos fatos	Fatos interpretados à luz dos valores religiosos
Subjetividade e intersubjetividade	A interação simbólica é suficiente para manter a Organização em funcionamento

FONTE: Elaborado pela autora.

A Ação Comunicativa é um constructo que envolve aspectos que convergem para a correspondência entre a ação e a palavra. Em uma organização com elevado nível de Racionalidade Substantiva, infere-se que há a incidência tanto maior de uma Ação Comunicativa no sentido proposto.

Por estar pautada em uma razão voltada aos valores, a Ação Comunicativa deve estar baseada em pretensões de validade sujeitas à crítica. Ao considerar que a organização estudada envolve a participação direta de mais de 800 pessoas, todas elas com o mesmo poder de decisão, supõe-se a vulnerabilidade a conflitos por meio de posicionamentos críticos divergentes.

No entanto, ao considerar que todas as decisões são limitadas pelos códigos de uma ideologia unificadora, percebe-se que os conflitos são evitados e isso justifica o sucesso na administração dos conflitos. Afinal, conflitos originados dentro de um sistema limitado pela ideologia são mais simples de se conduzir, dada sua previsibilidade.

As pretensões de validade devem ser valorativas na Ação Comunicativa. Isso se deve à consideração dos valores emancipatórios na concepção de Ramos e Habermas sobre a liberdade do homem, a não dominação e ao entendimento dos aspectos subjetivos dele. Ao avaliar as pretensões de validade na organização estudada, percebe-se que os valores instituídos não são do homem, mas os da própria igreja. Logo, as pretensões de validade estão sujeitas aos valores da organização.

Não se pode negar a predominância da Racionalidade Substantiva e da Ação Comunicativa nas pretensões de validade, uma vez que são pautadas em valores éticos e de entendimento. O fim não é calculado e o colaborador não tem seu valor mensurado economicamente; no entanto, é limitado pelos valores já instituídos e dominado ideologicamente pelos códigos vigentes.

4.3 DISCUSSÃO SOBRE A COMPLEMENTARIDADE

A fim de apresentar a complementaridade, tomou-se como base o quadro relacional elaborado por Serva (1997), acrescentando-se ao quadro legendas que explicitam a correspondência entre as duas teorias.

Assim, utilizar-se-ão as legendas: correspondente; parcialmente correspondente ou não correspondente, para submeter à análise. Após o quadro, serão discutidos brevemente os tópicos que não apresentam correspondência esperada na complementaridade.

Quadro 5 - Complementaridade na Primeira Igreja Evangélica Congregacional.

Racionalidade Substantiva	Ação Comunicativa	Aplicação
Atribuída à psique do sujeito	Autonomia e capacidade do sujeito	NÃO CORRESPONDENTE
Senso Comum	Mundo da vida cotidiana	CORRESPONDENTE
Derivação de conceitos relacionados à realidade	Teoria de Ação	CORRESPONDENTE
Debate racional	Ação comunicativa baseada em pretensões de validade sujeitas à crítica	PARCIALMENTE CORRESPONDENTE
Superordenação ética	Pretensões de validade sujeitas à crítica valorativa	PARCIALMENTE CORRESPONDENTE
Boa regulação da Vida Humana Associada	Ação orientada ao entendimento	PARCIALMENTE CORRESPONDENTE
Rejeição à teoria do conhecimento	Rejeição à teoria do conhecimento	CORRESPONDENTE
Autointerpretação da comunidade	Teoria de ação de cunho linguístico, comunicativo	PARCIALMENTE CORRESPONDENTE
Valores na interpretação dos fatos	Contexto normativo do mundo da vida na base da interpretação dos fatos	CORRESPONDENTE
Subjetividade e intersubjetividade	Subjetividade e intersubjetividade	CORRESPONDENTE

FONTE: Adaptado de Serva (1997).

Analisando os resultados mostrados no quadro, diz-se que a complementaridade é parcialmente suportada, uma vez que, dos dez itens, cinco apresentaram correspondência, quatro são parcialmente correspondentes e apenas uma não corresponde.

Os itens que apresentaram uma correspondência parcial, bem como o item não correspondente, não invalidam a complementaridade. Antes, dá-se pelo fato das particularidades da organização estudada. Deve-se considerar o caráter instrumental da igreja a respeito da dominação ideológica. O sistema de governo congregacional, independente e democrático, diz-se emancipado de uma submissão de poder humano, mas não isenta a submissão ideológica dos preceitos religiosos.

O processo crítico também é complexo, uma vez que a organização envolve mais de 800 indivíduos, todos com o mesmo poder de decisão. A fim de avaliar a correspondência dos itens

que envolvem crítica, ação e entendimento, poderá ser incluído, em novo estudo, um grupo que não participe de cargos administrativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A via conceitual proposta por Serva (1997) em estabelecer a complementaridade entre a Racionalidade Substantiva e a Ação Comunicativa demonstrou bases que validam a aplicação prática.

Este trabalho buscou ampliar a discussão sobre a relação entre duas teorias baseadas nos fins não calculados e demonstra que a imbricação das duas racionalidades pode comprometer aspectos emancipatórios. A não totalidade na correspondência entre as teorias que relacionam autonomia e capacidade dos sujeitos deu-se através da identificação de uma forte dominação ideológica da igreja aos seus colaboradores.

Essa dominação pode ser explicada a partir da reflexão que não há relação perfeita entre razão substantiva e comunicativa nas organizações, uma vez que no nível subjetivo do homem, ele é conduzido à busca do seu bem-estar. E, em uma abordagem mais profunda, a necessidade de domínio por algo regulador de suas ações é inerente ao homem. A Filosofia justifica isso ao defender códigos éticos e morais. Todos os códigos que regulam a atividade humana e põem limites são instrumentos de dominação.

Por outro lado, a Racionalidade Substantiva, como é conhecida hoje, é passível de revisão, uma vez que conceber o homem como ser livre e dotado de valores emancipatórios contradiz a ordem estabelecida não somente na Administração, mas em todos os contextos do Sistema que regula a existência do homem em sociedade. Essa regulação é necessária à manutenção civil.

Essa necessidade de um domínio regulador das ações justifica a não correspondência na complementaridade no quesito voltado à psique humana. Isso porque a psique é sopro (DORSH, 2001), logo é impossível valorar. Ao indivíduo, cabe escolher sujeitar-se ou não aos limites impostos pela organização, uma vez que ele não é formado só pela psique.

Ao considerar a contextualização do Congregacionalismo, que prevê a independência e autonomia, a complementaridade também apresenta diferenças no item que trata das pretensões de validade sujeitas à crítica valorativa. Mais uma vez, a dominação ideológica implica que a validade está sujeita aos valores da igreja e não à crítica dos indivíduos. Nota-se neste aspecto uma hibridez na dominação ideológica. Se, por um lado, ela colabora para um processo mais distante da emancipação, por outro, minimiza as tensões entre as ações coletivas e gestoras. Uma vez que, como mencionado, o processo de dominação ideológica torna-se consensual, através das ações de entendimento, as tensões são reduzidas e há maior propensão a acordos nos processos decisórios.

Percebe-se que os estudos da Racionalidade avançaram ao ampliar o que se limitava a considerar imbricações para criação de categorias de análise que ampliam as identificadas por Serva (1997). Esse foi o caso do trabalho de Silva e Fernandes (2011), que estendeu as categorias de processo decisório.

Uma sugestão para pesquisas futuras é que, no âmbito da própria igreja aqui analisada, sejam criadas categorias concernentes à autonomia e capacidade do sujeito, uma vez que uma limitação do estudo foi analisar o que se coaduna como verdadeiro sentido de emancipação.

Assim, uma limitação do estudo foi encontrada na análise dos resultados quando os fatores subjetivos e psicológicos dos sujeitos influenciavam de modo importante a análise sobre emancipação. Assim, é fator limitante neste estudo e em estudos sobre racionalidade em geral o não conhecimento dos processos racionais subjetivos. Neste sentido, não existe um método superior a outro. Não existe sentido em categorizar epistemologias, de modo que compete ao pesquisador assumir uma postura imparcial na análise dos dados. A fim de amenizar esta limitação, é que mais de um pesquisador esteja envolvido na coleta de dados, para favorecer a triangulação dos resultados.

Um desafio para futuras pesquisas é analisar como valores emancipatórios são percebidos pelos sujeitos nas organizações. Do mesmo modo, se valor emancipatório imbrica-se com poder e dominação, cabe um estudo mais detalhado que contemple uma complementaridade entre as teorias de Habermas, Ramos e Foucault, à luz da psicologia humanista. Desse modo, será possível compreender como os discursos são reproduzidos à guisa da Ação Comunicativa considerando as relações de autoridade e o indivíduo. As condições de Carl Rogers como facilitadoras das relações, que englobam a consideração positiva incondicional, a empatia e a congruência, podem ser um bom caminho para desenvolver o quadro teórico.

Uma futura pesquisa envolvendo as relações de poder e psicologia converge ao que Serva, Caitano, Santos e Siqueira (2015) sugeriram como oportunidade de campo para o desenvolvimento de uma terceira geração de pesquisas sobre Racionalidade. É indispensável considerar essas possibilidades teóricas para fortalecer o tema e colaborar no avanço das pesquisas acerca da Racionalidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sílvia Patricia Cavalheiro de. et al. Sentidos do trabalho e racionalidades instrumental e substantiva: interfaces entre a administração e a psicologia. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, art. 2, pp. 200-216, Mar./Abr. 2012.

BULGACOV, Y.; VIZEU, F. A positividade da emoção na prática social da pesquisa em organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2010.

CAIRNS, Earle Edwin. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã**. 2. Ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

COSTA, A. et al. Revisitando os estudos da análise da racionalidade nas organizações no Brasil (2013-2016): como se apresentaram as tendências nestes últimos anos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 6. 2017. **Anais...** 2017.

DIAS, C.; MEDEIROS, J. Racionalidades subjacentes às ações de responsabilidade social corporativa. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 20, n. 64, p. 17-36, mar. 2013.

DORSH, Friedrich. **Dicionário de Psicologia Dorsch**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GUZZELLI, Iara. **A especificidade do fato moral em Habermas** – o uso moral da razão prática. Brasil: 2002.

HABERMAS, Jürgen. **On the logic of the social sciences**. Cambridge, The MIT Press. 1988.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus. 1987 v. I e 2.

_____. **Pensamentos pós-metafísicos** – estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público. Tradução: Márcio Suzuki. In: **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 26, pp. 100-113, Mar./1990.

LIMA, Luciana Campos; AMORIM, Wilson Aparecido Costa de; FISCHER, André Luiz. Da racionalidade instrumental para a substantiva: explorando possibilidades da gestão de clima organizacional. **Teoria e Prática em Administração**. São Paulo, V. 5, nº 1, pp. 159-182, 2015.

MEIRA, Levi Santiago; PEREIRA, Gardênia Tereza Jardim. Tomada de decisão: considerações acerca dos impactos da racionalidade substantiva nos processos internos das organizações. **Revista GEDECON-Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 6, n. 2, p. 48-60, 2018.

MUZZIO, Henrique. Racionalidades em jogo em um processo de profissionalização organizacional. **Revista de Administração Contemporânea** [online], v.16, n. 6, p. 827-844, 2012.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, V.1, nº 3, pp.1-5, 1996.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. **Paideia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, n. 8-9, p. 77-96 Aug. 1995.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]. Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Guerreiro A. **A nova ciência das organizações** – uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro. FGV, 1989.

_____. **Administração e contexto brasileiro**: esboço para uma teoria geral da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

ROCHA, João Gomes da. **Lembranças do passado**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.

SERAFIM, Maurício. C. **A ética no espaço de produção**: contribuições da economia de comunhão. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SERVA, Maurício. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 1997.

_____. A Racionalidade Substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**. São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997.

_____. A trajetória do núcleo de pesquisa em organizações, racionalidade e desenvolvimento. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 2, p. 589-608, dez. 2014.

SERVA, Maurício; CAITANO, Déris; SANTOS, Laís; SIQUEIRA, Gabriel. A análise da racionalidade nas organizações – um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 414-437, set. 2015.

SILVA, Élido Santiago; DA SILVA, Gilmar Pereira. Formação humana e racionalidade substantiva: resistência à formação instrumental. **PLURAIIS-Revista Multidisciplinar**, v. 4, n. 3, p. 115-131, 2019.

SILVA, Miriam Soares de Oliveira e FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Racionalidade substantiva no processo decisório: um estudo em instituições que lidam com o tratamento oncológico infanto-juvenil na cidade de Natal (RN). **Rev. Adm. Pública** [online]. 2011, vol.45, n.5, pp. 1327-1361.

SIQUEIRA, Gabriel de Mello Vianna. Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental: estudo de caso em uma ecovila no sul da Bahia. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 15, n. 4, p. 768-782, 2017.

SOUZA, M. P. S.; CARRIERI, A. P. Racionalidades no fazer artístico: estudando a perspectiva de um grupo de teatro. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 4, p. 382-395, jul./ago. 2011.

VIZEU, F. Uma aproximação entre liderança transformacional e Teoria da Ação Comunicativa. **Revista de Administração Mackenzie** [Online], São Paulo, v. 12, n. 1, p. 53-81, feb. 2011.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.